

**SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO DA
GRANDE IBES, VILA VELHA-ES**

**SYSTEM OF OPENS SPACES FOR PUBLIC USE OF
GREATER IBES, VILA VELHA – ES**

**Larissa Leticia Andara Ramos¹, Luciana Aparecida Netto de Jesus²,
Rhaiani Vasconcellos de Almeida³ & Suzany Rangel Ramos³**

¹ Universidade Vila Velha (UVV)
Rua Comissário José Dantas de Melo, nº21, Boa Vista, Vila Velha - ES, Brasil.
Cep: 29102 770; Tel. (27) 3421-2099
E-mail: larissa.amos@uvv.br

² Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Av. Fernando Ferrari, 514 - Prédio CT-I Goiabeiras, Vitória - ES, Brasil.
Cep: 29075-910. Tel. (27) 4009-2642
E-mail: luciana.a.jesus@ufes.br

³ Universidade Vila Velha (UVV)
Rua Comissário José Dantas de Melo, nº21, Boa Vista, Vila Velha-ES, Brasil.
Cep: 29102 770; Tel. (27) 3421-2099
E-mail: rhaiani.almeida@gmail.com; suzany.r@hotmail.com

Recebido 12 de Março de 2018, aceito 28 de Março de 2019

Resumo: Os espaços livres de uso público são essenciais no sistema metabólico das cidades, atuando como catalisadores das relações entre as pessoas e o espaço urbano, contribuindo para a vitalidade e o enriquecimento sociocultural, pois favorecem a integração, o convívio, a troca de experiências e o desenvolvimento de atividades sociais e esportivas. Neles são indispensáveis as áreas verdes, que possuem função ambiental de amenizar o clima e qualificar o meio urbano. Este trabalho apresenta uma análise socioespacial do sistema de espaços livres de uso público do município de Vila Velha -ES, tendo como recorte a Regional Grande Ibes. O mapeamento foi realizado no

programa *ArcGIS*, com base nos dados extraídos do Plano Diretor Municipal, imagens do *Google Earth* e visitas locais. Como resultado, percebeu-se que a Regional estudada apresenta um número expressivo de espaços livres para prática social, mas escassa manutenção e desequilíbrio na distribuição destes. As áreas de equilíbrio ambiental identificadas são restritas localizadas nos limites da Regional, beneficiando somente os bairros vizinhos. Espera-se, com este trabalho, contribuir para intervenções futuras visando reestruturar e ordenar o espaço urbano, em especial o sistema de espaços livres de uso público da cidade de Vila Velha- ES.

Palavras-chave: Sistemas de espaços livres, Espaço urbano, Mapeamento, Qualidade urbana.

Abstract: The open public spaces system are essential for the metabolic system of the city, acting as catalysts for the relationship between people and the urban space, contributing to vitality and socio-cultural enrichment, as they favor the integration, the conviviality, the exchange of experiences, the development of social and sports activities. These are indispensable green areas, which have an environmental function to reduce the temperature and qualify the urban environment. In this sense, this paper presents a socio-spatial analysis of the open spaces for public use system in the city of Vila Velha -ES, cutting out Region “Greater Ibes”, in order to analyze it in the urban setting. For the mapping we used the *ArcGIS* software program, Municipal Master Plan, as well as analyses performed through *Google Earth* images and site visits. As a result, we noticed a expressive number of opens spaces for social practice, but a poor distribution of the squares among the neighborhoods of the Region studied. In relation to green areas, most have restricted access, concentrated in the limits of the Regional, benefiting only the neighboring districts. This study is expected to contribute to future interventions in the system of open spaces for public use in the city of Vila Velha, ES.

Keywords: System of open spaces, Urban space, Mapping, Urban quality.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização das cidades, impondo a substituição de áreas naturais por centros construídos, aconteceu de forma acelerada e repentina, voltado para interesses econômicos e políticos, prejudicando a qualidade de vida urbana e a saúde da população. Maricato (2001), afirma que as cidades de médio porte passaram a apresentar, a partir da década de 80, como constatado no Censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), um crescimento urbano intenso, inclusive superior ao das cidades de maior porte. Como afirmam DeCastro, Saldanha e Balassiano (2017, p. 205), “é preciso reconhecer as cidades como vetores de desenvolvimento e, paralelamente, espaços em constantes transformações ao longo do tempo”.

O espaço é entendido por Santos (1994, p. 49) como “[...] o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não”, ou seja, como um misto de sociedade e materialidade, de ações (fluxos) e de objetos (fixos) naturais ou não, um lugar social onde os acontecimentos se materializam.

Com a modificação de ambientes naturais por espaços construídos a partir da abertura de vias, do adensamento dos edifícios, da impermeabilização do solo e da redução das áreas verdes e dos espaços livres, a qualidade ambiental nas cidades é modificada, afetando o microclima local, contribuindo para o aumento das temperaturas e do consumo energético.

Além dos efeitos ambientais, os efeitos sociais também são evidenciados. O adensamento das cidades, e consequente escassez de espaços livres de uso público, resultam em cidades sem espaços para o convívio e troca de experiências, contribuindo para instauração de uma sociedade passiva e sem interlocutores. Os espaços livres de uso público, muitas vezes, acabam sendo

reflexos das diferentes formas de sociabilidade, das relações de poder e também das diferenças sociais.

De acordo com Tardin (2010, p.8), um sistema é “um conjunto de elementos passíveis de estabelecer inter-relações físicas, funcionais e relativas à vivência da paisagem, abertas e intrincadas entre si, com seu entorno e com as pessoas que o vivenciam”. A autora ainda afirma que:

Os espaços livres, quando bem planejados e estruturados dentro de um sistema de elementos e funções que se associam, podem exercer diferentes efeitos bioclimáticos, ecológicos, estéticos, econômicos, funcionais, culturais, sociais, afetivos e simbólicos (TARDIN, 2008, p.56).

Neste sentido, na paisagem urbana, o reconhecimento dos espaços livres como um sistema mostra-se fundamental para reestruturar e ordenar o espaço urbano.

A interação entre a população e o sistema de espaços livres de uso público normalmente acontece de forma espontânea, natural, contribuindo para construção de uma relação afetiva, favorecendo a vitalidade urbana e a vivência da cidadania. Segundo Magnoli (2006), os espaços livres correspondem a todo espaço sem edificação, abrangendo os espaços de uso público como praças, parques, ruas, praias urbanas e também terrenos privativos sem construções e vazios com ou sem potencial para áreas sociais. A distribuição, localização e acessibilidade desses espaços originam um complexo sistema de conexões com funções urbanas diversificadas: lazer, esporte, circulação, conforto, drenagem, memória, conservação e requalificação ambiental, dentre outros (MAGNOLI, 2006).

Dentre esses espaços, destacam-se como elementos de fundamental importância para a qualidade de vida, as praças e os parques urbanos. Estes devem ser distribuídos na cidade de forma a promover a vida social e política,

gerando diversidade de atores participantes na construção do espaço físico geográfico. Os espaços públicos devem permitir livre acesso e dispor de sociabilidades que condicionam o desenvolvimento da publicidade do espaço (VALVERDE, 2007).

Para Gomes (2003), o espaço público deve ainda ser ordenado e marcado pela civilidade que coordena as inter-relações entre pessoa e espaço. Uma extensão física que exerce um poder de atração sobre os cidadãos, no intuito de reuni-los para promover discussões sobre o bem-comum. Neste sentido, compreender a contribuição dos espaços livres públicos para a promoção da vida nas cidades é uma preocupação discutida no campo dos estudos urbanos e, portanto, tema desta pesquisa.

As áreas verdes também possuem grande importância no sistema de espaços livres pois interferem diretamente no microclima local, refrescando o ambiente e contribuindo para o equilíbrio ambiental, influenciando diretamente na qualidade de vida urbana (GOMES, 2003). Entretanto, para que sejam considerados espaços de uso público, devem ser multifuncionais e integrados socialmente, culturalmente e cientificamente. A implantação de espaços de usos públicos com cobertura vegetal propiciam aos usuários a oportunidade de realizar suas atividades ao ar livre com conforto. A vegetação, além de contribuir para o conforto térmico, enriquece a qualidade do solo, evita o assoreamento e colabora na diminuição da poluição sonora (SANCHOTENE, 2004).

Destaca-se ainda que a quantidade de vegetação urbana tem sido mensurada através de indicadores que expressam a superfície da área verde por habitantes, como o Índice de Áreas Verdes (IAV). A Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) indica um IAV mínimo de 15 m² por habitante (SBAU, 1996). Estocolmo, por exemplo, considerada uma das cidades mais verdes do mundo, possui IAV de cerca 86 m² por habitante e 90% da população tem acesso a áreas verdes em um

raio de 300 metros em relação a suas residências, distância para que a população do entorno, em um intervalo de tempo médio de 3 a 4 minutos de percurso a pé, acesse a área com facilidade (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2012).

Nota-se, ainda, que a visão sistêmica dos espaços públicos abrange diversas classificações. Uma delas, apresentada por Kelly & Becker (2000), proposta pela *National Recreation and Park Association*, classifica os espaços públicos de acordo com a escala, acesso, raio de abrangência e tipos de usos. São eles: espaços públicos de vizinhança, espaços públicos de bairro e espaços públicos municipais. Segundo os autores, os “espaços públicos de vizinhança” são aqueles que atendem um pequeno conjunto de quadras e lotes (raio de cerca 400 metros), servindo como unidade básica do sistema de espaços públicos e com atividades relacionadas ao convívio e ao lazer cotidiano. Os “espaços públicos de bairro” possuem uma área de influência maior (400 a 800 metros) e atendem, principalmente, atividades de interesse comunitário, de conservação ambiental e de recreação. Os “espaços públicos municipais” são aqueles que atendem a todo o município, podendo abrigar diversidade de atividades, especialmente aquelas relacionadas à preservação e conservação ambiental (KELLY & BECKER, 2000). Mendonça (2015), tendo como referência principal Carneiro e Mesquita (2000), com adequação à realidade local, classifica os espaços livres de uso público em três grupos: a) Espaços livres públicos de equilíbrio ambiental; b) Espaços livres públicos de práticas sociais; e c) Espaços livres potenciais. Os espaços livres públicos de equilíbrio ambiental compreendem as áreas cobertas de vegetação de significativo valor paisagístico ambiental, ou seja, as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs), envolvendo as Áreas de Preservação Permanente (APPs), as Unidades de Conservação e demais áreas verdes de potencial paisagístico (AVPP).

Os espaços livres públicos de práticas sociais são aqueles destinados a atividades de lazer, recreação e esporte. Fazem parte deste grupo as praças,

parques urbanos, trechos de orlas marítimas urbanizadas (calçadão), espaços residuais associados à malha viária, faixa de areia da praia próxima ao mar, quadra de esporte, campo de futebol, mirante, clube e parques temáticos. Os espaços livres potenciais englobam, em especial, as áreas privativas, que apresentam potencial devido as suas características e localização na malha urbana, podendo ser transformadas em áreas livres de equilíbrio ambiental ou de práticas sociais. São incluídos nesta classificação terrenos particulares vazios, espaços remanescentes da ocupação de equipamentos de grande porte, tais como porto e áreas industriais, além de espaços de transição entre as áreas urbanas e rurais (MENDONÇA, 2015).

Na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, verifica-se carência de um sistema de espaços livres de uso público que ordene o espaço urbano e interaja com a população. A falta de planejamento, o adensamento populacional e o processo de urbanização resultaram na substituição de ambientes naturais por espaços construídos. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise socioespacial, considerando a distribuição e abrangência no contexto urbano do sistema de espaços livres de uso público presentes no município de Vila Velha – ES, tendo como recorte a Regional Grande Ibes. Tal identificação visa, ainda, além do reconhecimento dos espaços livres como sistema, contribuir para o planejamento e manutenção destes espaços.

A Grande Ibes é a segunda regional a ser estudada no âmbito das pesquisas vinculadas ao Grupo de Pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão¹”, desenvolvido pela Universidade de Vila Velha (UVV), em parceria com a Universidade Federal

¹ Grupo de Pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão” busca investigar e fomentar discussões e reflexões sobre os problemas funcionais e formais presentes nos espaços livres de uso público, bem como as práticas e processos inerentes a concepção dos Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo e seus eventuais impactos na transformação da Paisagem Urbana contemporânea. Site: <<https://paisageminclusao.wixsite.com/grupopesquisa>>.

do Espírito Santo (UFES). A continuidade da pesquisa busca analisar o sistema de espaços livres do município. A Regional 2- Grande Ibes é a segunda Regional em densidade habitacional, com a presença de bairros planejados, de ocupação antiga e com o maior número de espaços livres de uso público.

Para atingir o objetivo geral são propostos os seguintes objetivos específicos: classificar os espaços livres de uso público segundo Mendonça (2015); identificar e mapear, na malha urbana da Regional Grande Ibes, os espaços livres para prática sociais e os espaços livres de equilíbrio ambiental; analisar as características gerais das praças identificadas; verificar a adequação quanto à distribuição dos espaços livres mapeados e; quantificar a porcentagem de áreas de equilíbrio ambiental.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Considerada a cidade mais antiga do Espírito Santo, Vila Velha é também a segunda mais populosa do Estado. Limita-se a norte com o município de Vitória; a sul com Guarapari; a leste com o Oceano Atlântico e; a oeste com os municípios de Viana e Cariacica. O município é dividido em cinco regiões administrativas (Figura 1) e possui 414.586 habitantes em uma área de unidade territorial de 209,965 km² (VILA VELHA, 2008; IBGE, 2010).

De acordo com a Lei Municipal nº 4707/2008 (VILA VELHA, 2007), que dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, seus limites e denominação dos mesmos, assim como os critérios para organização e criação de bairros no perímetro urbano do município, a Regional 02 – Grande Ibes, conforme ilustrada na Figura 2, possui 21 (vinte e um) bairros, são eles: Ibes, Araçás, Brisamar, Cocal, Darly Santos, Guaranhuns, Ilha dos Bentos, Jardim Asteca, Jardim Colorado, Jardim Guadalajara, Jardim Guaranhuns, Nossa

Senhora da Penha, Nova Itaparica, Novo México, Pontal das Garças, Santa Inês, Santa Mônica Popular, Santa Mônica, Santos Dumont, Vila Guaranhuns e Vila Nova. Possui uma extensão territorial de 10,15 km² e uma população de 69.551 habitantes (PMVV; SEMPLA, 2013 a partir do Censo demográfico de 2010). Suas primeiras ocupações foram onde estão situados, hoje, os bairros do Ibes, Santa Inês, Vila Nova e Jardim Colorado. As ocupações mais recentes são nos bairros Pontal das Garças e Darly Santos.

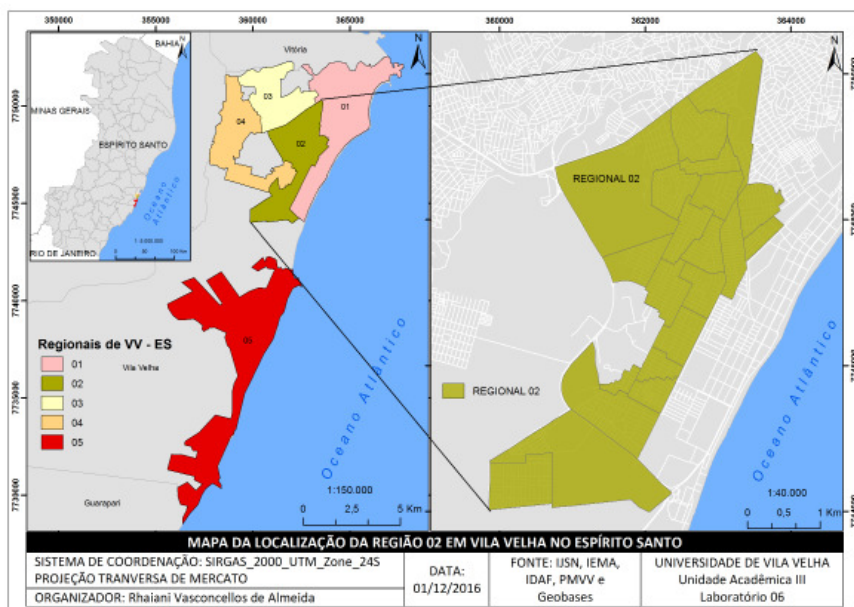


Figura 1 – Localização do Município de Vila Velha- ES e regiões administrativas. Fonte: Mapa gerado com base na Lei nº 4707/2008.

A Regional 02, segundo o Plano Diretor Municipal vigente (VILA VELHA, 2007), é constituída por Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA A e ZEIA B), Zona Especial de Interesse Urbanístico (ZEIU - I, ZEIU - II), Zona Especial de Interesse Econômico-Empresarial e Retroportuária (ZEIE) e Zona de Ocupação Prioritária (ZOP 4, ZOP 5) – Figura 3.

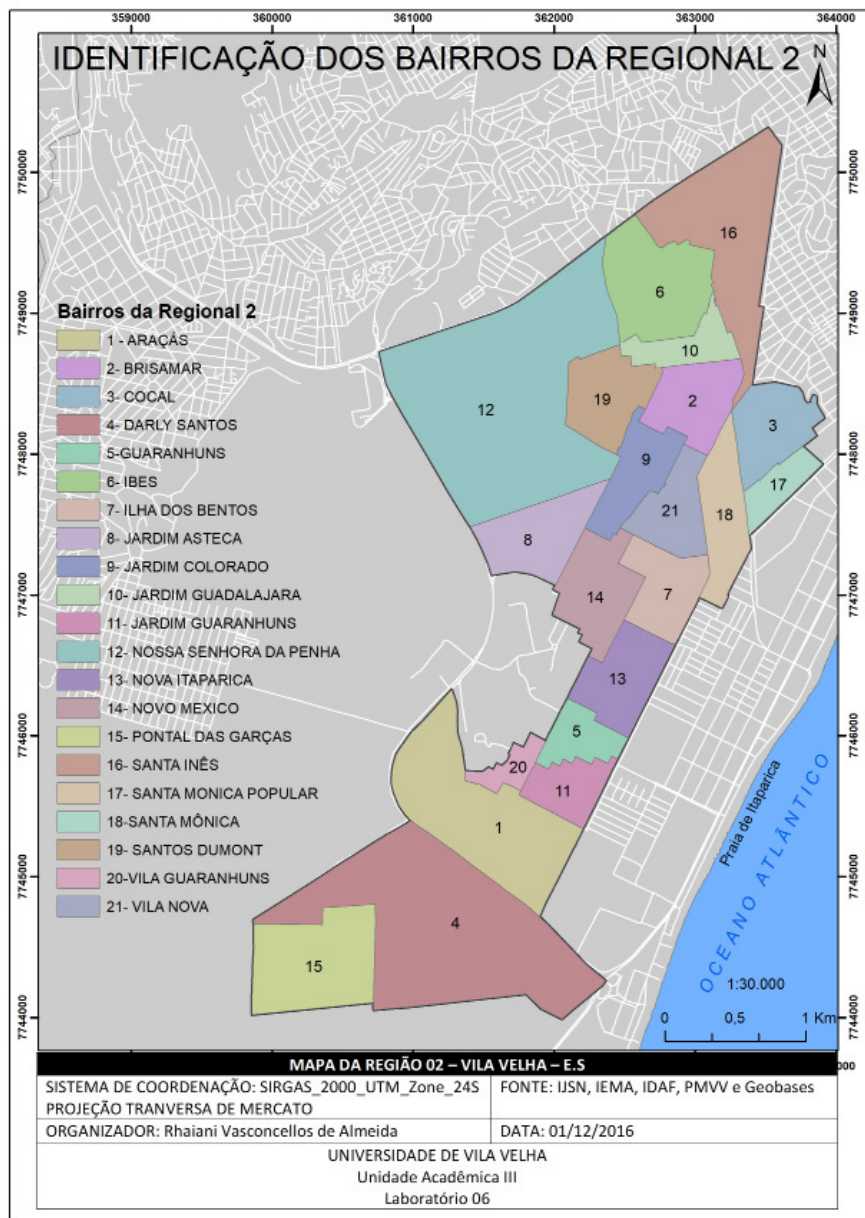


Figura 2 – Identificação dos bairros da Regional 02.

Fonte: Mapa gerado com base na Lei nº 4707/2008, 2018.

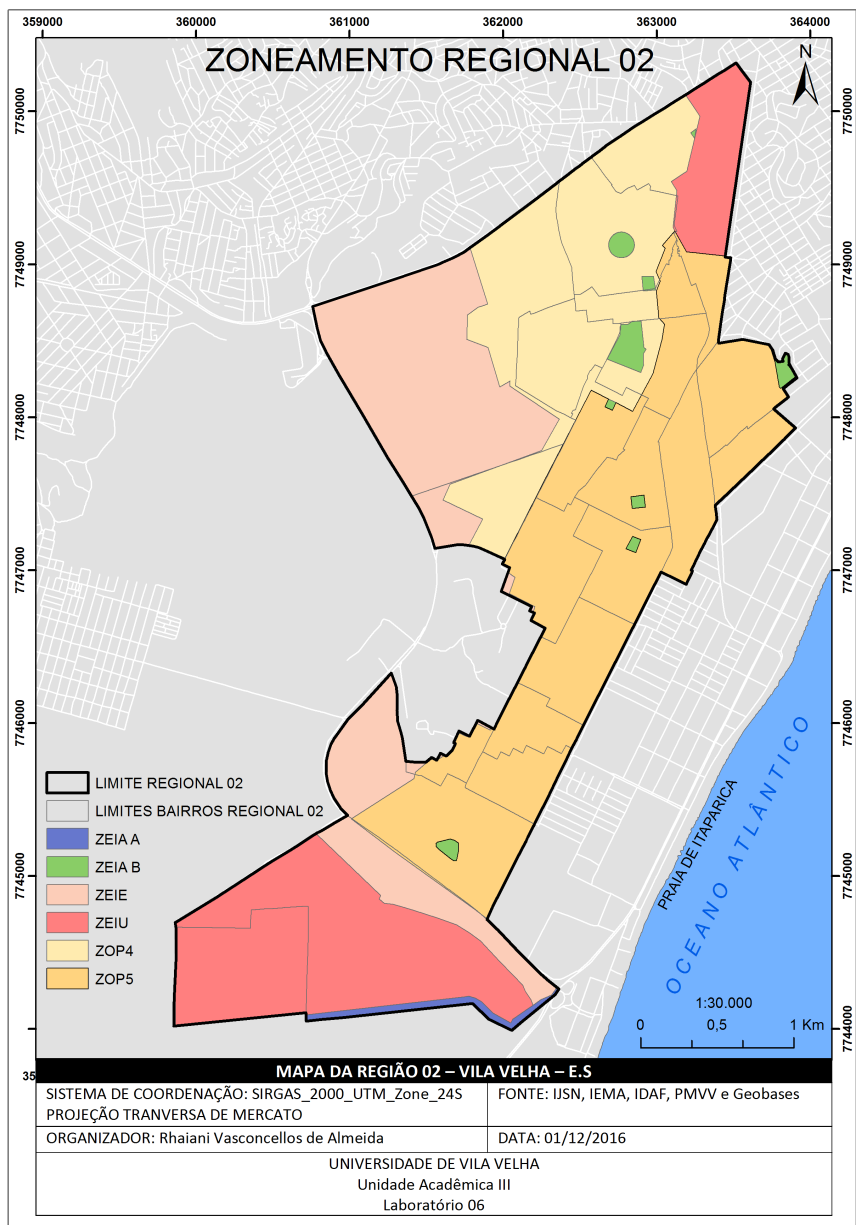


Figura 3 – Zoneamento urbanístico da Regional 02.
Fonte: Mapa gerado com base no PDM, 2018.

Destaca-se, ainda, uma grande área de interesse empresarial (onde atualmente funciona uma pedreira) e também áreas de interesse ambiental, com ênfase para o Morro do Cruzeiro e o Parque de Cocal, este último inaugurado em 2016 (Figuras 4 e 5), inseridos na ZEIA B² (Zona Especiais de Interesse Ambiental).



Figura 4 – Morro do Cruzeiro



Figura 5 – Parque de Cocal.

Fonte: Acervo da Pesquisa, 2017

Considerando o recorte da Regional Grande Ibes, as áreas foram identificadas e classificadas segundo Mendonça (2015): espaços livres públicos para práticas sociais, espaços livres públicos de equilíbrio ambiental e espaços livres potenciais. Ressalta-se, neste trabalho, a análise de dois grupos consolidados: espaços livres públicos para práticas sociais e equilíbrio ambiental.

Com o propósito de identificar os espaços livres de uso público na Regional Grande Ibes foi desenvolvida uma base cartográfica digital com o auxílio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), no caso o *ArcGis* (versão 10.5).

A escolha do software deu-se pelas possibilidades disponibilizadas pelo programa de inserir atributos para tabulação e geração de dados

² O Plano Diretor Municipal considera ZEIA B as áreas verdes e paisagísticas públicas, praças, mirantes e parques urbanos com função de proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos de lazer, adequados e qualificados a população.

georreferenciados. Utilizou-se da técnica de vetorização de feições espaciais e, posteriormente, a definição de uma área de influência destes espaços num raio de 300 metros, através da ferramenta espacial *Buffer*. Os dados coletados nas visitas de campo e também aqueles disponibilizados no site da Prefeitura de Vila Velha, confrontando as informações presentes com o Plano Diretor Municipal (VILA VELHA, 2007), foram pertinentes ao processo de identificação, interpretação, quantificação e composição desta base. As ortofotos utilizadas foram obtidas junto ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA, 2014) e o banco de imagens disponibilizado para a plataforma *ArcGis*, o *Basemap* (ESRI, 2016), utilizando a escala 1:150.000 para o mapa de localização e a escala 1:30.000 para os mapeamentos dos espaços livres.

Também foi utilizado o banco de dados do Mapa Interativo do IBGE para acessar informações do Censo de 2010, referente a quantidade e distribuição de habitantes residentes nos raios de abrangência. Com as áreas identificadas e mapeadas foi possível realizar análises e comparações acerca da quantidade, distribuição e abrangência dos espaços livres no contexto da regional.

Dentre as análises de espaços livres de uso público para práticas sociais deu-se foco na análise e caracterização das praças, pois são os espaços livres de maior acessibilidade dentro da malha urbana, uma vez que grande parte das áreas verdes estão situadas em áreas de alta declividade e difícil acesso.

De acordo com o Manual “Espaços Públicos: Diagnóstico e Metodologia de Projeto” (GATTI, 2013), há algumas características básicas que ajudam a definir e analisar as condições de um espaço público, a fim de identificar seus problemas e potencialidades para futuras adaptações e investimentos. Em relação aos “atrativos e vivência” foram identificados: espaço de descanso, áreas sombreadas, quadra ou campo de esporte, academia popular e de idosos, área para alimentação e *playgrounds*. Para a análise de “infraestrutura”, foram

considerados: pontos de ônibus, pontos de táxi, presença de iluminação, lixeiras, postos de policiamento e preocupações com acessibilidade e desenho universal.

A análise e caracterização decorreram nas 22 praças existentes na Regional Grande Ibes. Após avaliação individual de cada praça, foi possível efetuar a comparação e realizar a média dos resultados com base nas duas categorias avaliadas “atrativo e vivência” e “infraestrutura”. Para demonstração dos resultados utilizou-se o gráfico radar que possibilitam a interpretação de dados, atribuindo para cada parâmetro uma escala que varia de 0 a 1. Tanto para análise de “Infraestrutura” quanto para a análise dos elementos de “Atração e Vivência”, foram utilizados seis parâmetros, que geraram gráficos em formato de hexágono. Nos gráficos do tipo radar, quanto mais próxima da extremidade do polígono, maior o valor atribuído e quanto mais próximo ao centro, menor o valor. Uma situação ideal seria os resultados alcançarem a forma do hexágono na sua totalidade. Salienta-se que a análise realizada foi quantitativa e não qualitativa. Neste sentido, foi verificada a ausência e presença de infraestrutura, mas não necessariamente o seu grau de adequação ao espaço.

Para análise dos espaços livres de equilíbrio ambiental da Regional Grande Ibes, foram consideradas as Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIAs), conforme determinadas pelo PDM de Vila Velha (VILA VELHA, 2007), além de terrenos privativos de valor paisagístico ambiental, ou seja, aqueles considerados áreas verdes de potencial paisagístico (AVPP).

Para o cálculo do índice de áreas verdes (IAV) da Região Grande Ibes, foram consideradas as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs), a arborização das praças e áreas verdes de potencial paisagístico. No âmbito desta pesquisa, não foram consideradas as arborizações de vias públicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Identificação dos espaços livres públicos para práticas sociais

Os espaços livres públicos para práticas sociais são áreas destinadas ao lazer, esporte e recreação. Segundo Mendonça (2015) fazem parte deste grupo as praças, parques urbanos, trechos de orlas marítimas urbanizadas (calçadão), espaços residuais associados à malha viária e faixa de areia da praia.

Em toda Grande Ibes, foram mapeadas 22 praças, 1 (um) parque urbano, 1 (uma) quadra poliesportiva e 4 (quatro) campos de futebol. Mesmo compreendendo o papel da rua e sua importância no sistema de espaços livres de uso público, no mapeamento não foram consideradas calçadas, ruas e travessias - tendo como foco de análise somente os espaços livres para práticas sociais classificados por Mendonça (2015).

Como forma de identificar os bairros e a quantidade de pessoas que utilizam os espaços livres para prática social na Regional Grande Ibes foi inserido, a partir do perímetro dos espaços (praça, parques, campo de futebol e quadras poliesportivas), um raio de 300 metros, considerado como área de influência, para que se pudesse identificar a população contemplada, conforme ilustrado na Figura 6. Considerou-se nesta análise a distância equivalente a um intervalo de tempo médio de 3 a 4 minutos de percurso a pé para que a população do entorno acesse a essas áreas com facilidade³.

Sendo assim, considerando um raio de 300 metros, foi possível constatar que 56% da população da área de estudo tem acesso, com facilidade aos espaços livres para práticas sociais. Destaca-se também uma maior concentração de espaços livres para práticas sociais nos bairros com ocupação mais antiga (década de 50 e 60), como é o caso do Bairro do Ibes, planejado pelo Governo do Estado com a principal finalidade de construir habitações a baixo custo para a população carente (CAMPOS JR, 2016).

³ O raio de influência de 300 metros tem como referência pesquisas do Programa Cidades Sustentáveis (2012) que aponta que o raio estabelecido permite o acesso a um espaço público sem a necessidade de grandes deslocamentos no território, além de incentivar a prática esportiva e a vivência urbana.

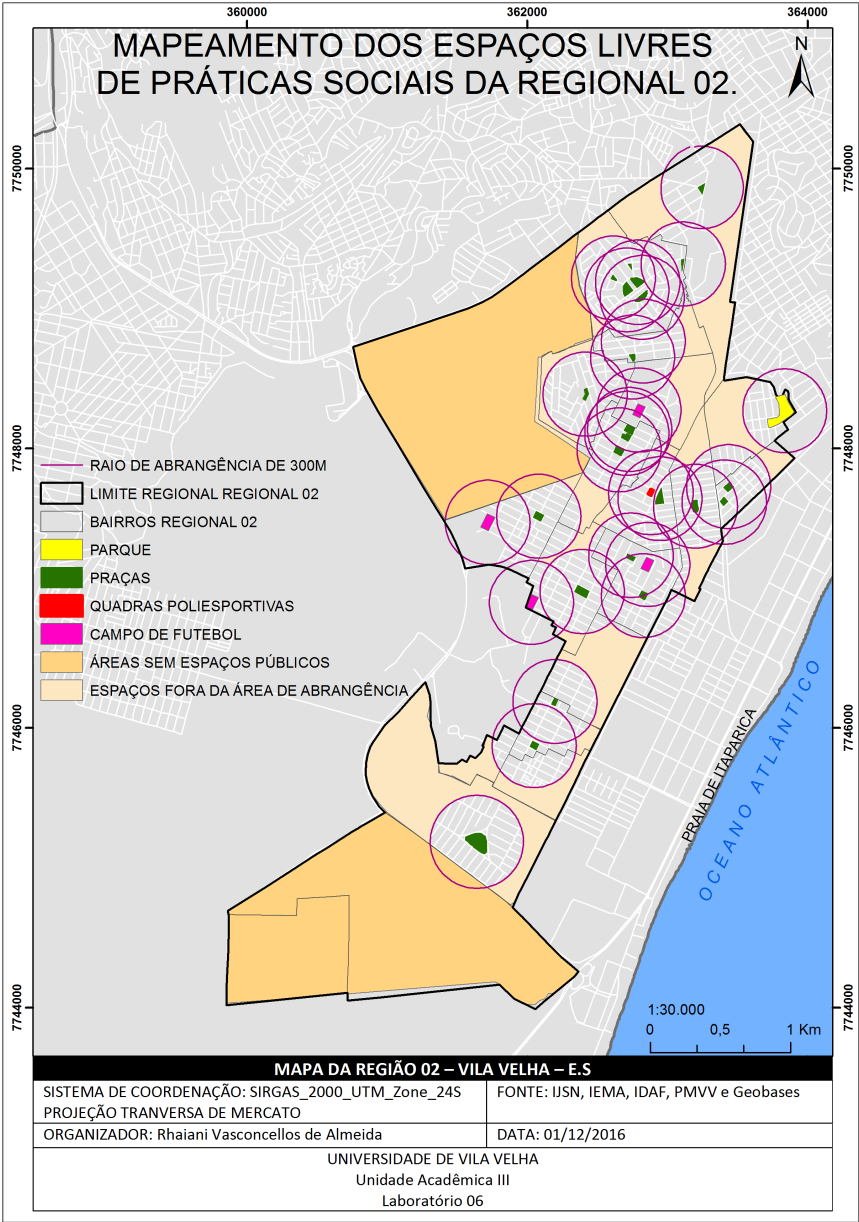


Figura 6 – Mapeamento dos espaços livres de práticas sociais da Regional 02. Fonte: Imagem gerada pelo ArcGIS, 2018.

Em contrapartida, 6 (seis) dos 21 bairros da Regional (estes evidenciados em bege escuro, na Figura 6), ou seja, 22% da população da Regional, possuem total ausência de espaços livres de uso público para práticas sociais em seus bairros. São eles os bairros: Nossa Senhora da Penha, Darly Santos, Jardim Guaranhuns, Vila Guaranhuns, Nova Itaparica e Portal das Garças. Vale ressaltar que a falta de espaços para prática sociais nestes bairros também está associada ao zoneamento destas áreas destinadas à implantação de atividades econômicas, funcionais ou industriais, bem como destinadas a intervenções urbanísticas planejadas, o que refletiu em uma ocupação territorial tardia e com baixa densidade populacional.

O bairro Nossa Senhora da Penha é classificado, pelo Plano Diretor (VILA VELHA, 2007), pela sua vocação empresarial e localização retroportuária, como uma Zona Especial de Interesse Econômico (ZEIE) e, portanto, possui baixa densidade, cerca 12,21 hab./ha. Grande parte dos bairros Darly Santos e Portal das Garças são classificados como Zona de Interesse Urbanístico pois possuem predomínio do uso industrial e por isso as menores densidade habitacional da Regional, com 4,17 e 10,07 habitantes por hectare, respectivamente. São também bairros situados em regiões alagadiças (SEMPA, 2013).

Nota-se, na figura 7, uma má distribuição e uma fragmentação dos espaços livres para práticas sociais entre os bairros da Regional, não contribuindo para a criação de um sistema de espaços públicos, tendo como consequência espaços menos integrados e envolventes. Para Salgueiro (2005, p. 309), a fragmentação espacial é um processo de recomposição espacial a todas as escalas, do bairro ao mundo, decorrente dos novos fatores de localização e de relação entre lugares”. O autor traz ainda como característica da fragmentação dos espaços o distanciamento das pessoas com o seu entorno próximo.

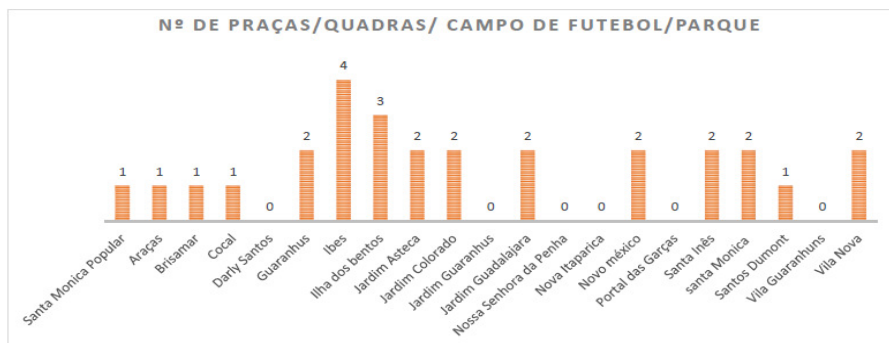


Figura 7 - Distribuição das praças por bairro da Regional 02. Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2017.

Conforme afirma Valverde (2007), os espaços livres de uso público precisam ser distribuídos na cidade de modo a promover a vida política e social. Se forem fragmentados no espaço urbano, estes não colaboram para a construção de uma cidade inclusiva e democrática, com diversidade de atores.

A maior quantidade dos espaços públicos existentes na Regional encontra-se no bairro do Ibes, com 4 praças, tendo 60% da população do bairro com acesso a estas áreas em um raio de 300 metros. O bairro do Ibes, além de ter sido planejado pelo Governo do Estado, possui a segunda maior população da Regional (6.677 habitantes), uma das maiores densidades (128,23 habitantes por hectare) e renda nominal acima da média da Regional (R\$ 1.431,93, enquanto a média é R\$ 1.374,57), fatores estes que podem justificar a variedade no número de praças (SEMPA, 2013). Em contrapartida, apesar da Regional Grande Ibes possuir Índice de Bem-Estar Urbano Local Intermediário - IBEU da Região Metropolitana da Grande Vitória (LIRA; LARANJA; MAGALHÃES, 2013)⁴, a

⁴ Índice de Bem-Estar Urbano Local (IBEU), elaborado pelo Observatório das Metrópoles, utiliza dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE para avaliar as regiões metropolitanas brasileiras. O índice considera cinco dimensões: (1) mobilidade urbana; (2) condições ambientais urbanas; (3) condições habitacionais urbanas; (4) condições de serviços coletivos urbanos e (5) infraestrutura urbana (LIRA; LARANJA; MAGALHÃES, 2013).

situação mais crítica encontra-se nos bairros Jardim Guaranhus, Nova Itaparica e Vila Guaranhus que possuem altas densidades habitacionais, rendas nominais inferiores à média municipal e nenhum espaço livre para prática social (LIRA; LARANJA; MAGALHÃES, 2013). Percebe-se nestes bairros a ausência de um planejamento inclusivo, com espaços públicos de qualidade, distribuídos de maneira equilibrada no território urbano. Este fator vem contribuir para a consolidação de uma cidade vulnerável à segregação socioespacial e seus desdobramentos na qualidade de vida urbana (MATTOS, 2011)

Reforça-se a este contexto e conforme mencionado por Serpa (2013), a ideia de segregação social associada à ausência dos espaços públicos ou sua descontinuidade territorial, funcionando como “álbis”, conforme descrito pelo autor, de determinadas políticas de intervenção urbana, direcionadas para atender as classes sociais mais representativas, em busca da valorização do solo.

Assim, a má distribuição dos espaços para práticas sociais entre os bairros reflete ainda a carência de uma visão sistêmica dos espaços livres de uso público. Nesse contexto, uma visão integrada de cidade e de seus espaços públicos (independente da renda nominal por bairro), permitiria uma melhor distribuição dos espaços de convívio entre os usuários, fortalecendo as atividades recreativas, esportivas e culturais, em especial o diálogo e as inter-relações de vizinhança, podendo até refletir em uma maior participação popular nas decisões de planejamento urbano.

3.2 Análise das praças

Na regional estudada foram identificadas 22 praças, sendo elas distribuídas de forma a atender a população residente, sendo possível acessá-las de forma rápida e fácil pois as mesmas estão implantadas bem próximas umas das outras, apesar de não conectadas de forma sistêmica. As praças possuem características

e usos diversos, absorvendo demandas da população do entorno. Por exemplo, as dos bairros Novo México e Jardim Colorado possuem equipamentos para recreação e entretenimento, como quadras esportivas, *playground*, academia popular/idoso, áreas de permanências arborizadas e espaços onde acontecem atividades noturnas voltadas para alimentação. Já as praças dos bairros Santa Mônica e Jardim Guadalajara são mais arborizadas e destinadas para o descanso dos usuários que fazem uso, principalmente, nos finais de semana (Figura 8 e 9).



Figura 8 – Praça de Santa Mônica



Figura 9 – Praça de Jardim Guadalajara

Fonte: Acervo da Pesquisa, 2018.

Para ilustrar o resultado quantitativo das análises das praças, conforme mencionado em Material e métodos, foram utilizados gráficos do tipo radar (Figuras 10 e 11), considerando aspectos relacionados a “Infraestrutura e Atração e Vivência” desses espaços. A Figura 10 representa uma síntese referente às infraestruturas básicas para a qualidade das mesmas. Percebe-se que todas as praças são iluminadas e possuem lixeiras, entretanto sofrem com a falta de policiamento e o acesso ao transporte público ou particular. Por não haver policiamento, na maioria delas, também foi observado moradores de ruas e usuários de drogas ilícitas. Apesar das reformas recentes, cerca 50% delas possuem adequações que atendem aos requisitos mínimos de acessibilidade

previstos na NBR 9050/2015 (ABNT, 2015).

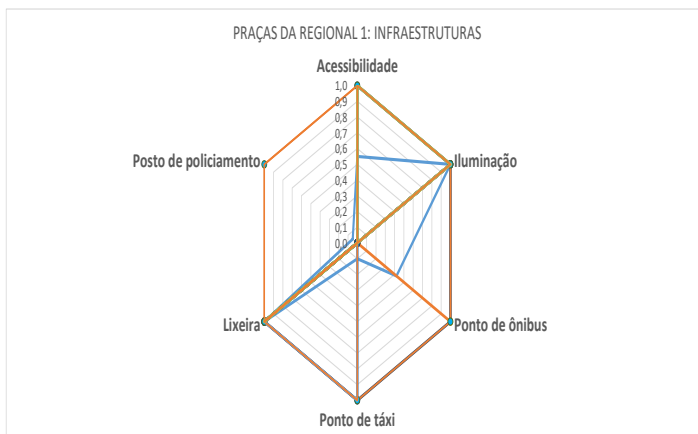


Figura 10 - Infraestrutura das praças da Grande Ibes

Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2017.

No âmbito de atrativos e vivência (Figura 11), em quase todas as praças foram identificados espaços para descanso e, apenas, 45% delas, locais para alimentação com bancos e mesas. Em relação aos equipamentos de uso coletivo, foi observado, que algumas praças não contemplam equipamentos para as diferentes faixas etárias, em especial para terceira idade. Conforme evidenciado na Figura 10, cerca 90% das praças analisadas possuem *playground* (equipamento destinado a crianças), 70% quadra de esportes (uso preferencial para jovens e adolescentes) e 50% academia para idosos, sendo este último equipamento característico das praças recentemente reformadas. O que mais se destaca nas praças da Regional 2 é a presença de áreas de descanso e áreas sombreadas por vegetação arbórea, que proporcionam maior conforto térmico e qualidade ambiental urbana.

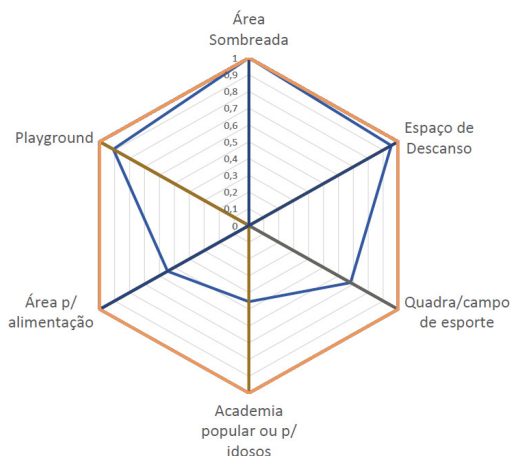


Figura 11 – Atrações e vivências das praças da Grande Ibes.

Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2017.

Ao analisar as praças e seu entorno, nota-se uma expressiva relação com o uso desses espaços. As praças da Grande Ibes são situadas em bairros residenciais e este fator interfere no uso destes espaços. Nota-se ainda que a maioria das praças possui, em suas imediações, edifícios institucionais (religiosos, de ensino e de saúde), com maior ênfase às instituições de ensino, contribuindo para maior frequência e vitalidade desses espaços. Apenas 6 (seis) praças não possuem edifícios institucionais nas imediações, são aquelas evidenciadas em amarelo na Tabela 01.

Percebe -se também que os edifícios no entorno interferem na vivência diária dos espaços livres de uso público para práticas sociais, tendo como exemplo dessa relação o bairro Ibes, com maior variedade de praças e, nas imediações destes espaços, estão presentes instituições de ensino, religiosa e de saúde. São, em especial os usuários destes edifícios, os que mais fazem uso das praças, principalmente no período diurno (no horário de funcionamento dos estabelecimentos).

Tabela 1: Distribuição das praças por bairro e relação com instituições presentes.

Bairro	Densidade (hab/hect)	Praças/Parque Urbano	Intuições presentes		
			Ensino	Religiosa	Saúde
Araças	87,68	Parque Municipal de Araças	✓	✓	✓
Brisamar	49,82	Praça Brisamar			
Cocal	120,92	Parque Urbano de Cocal	✓		
Darly Santos	4,17				
Guaranhus	146,75	Trindade.			
Ibes	128,23	Praça Santíssima Trindade.		✓	
		Praça Edson Araujo	✓	✓	✓
		Playground - Praça Ibes	✓	✓	✓
		Praça Glicerio Teixeira Reis	✓	✓	✓
		Praça Assis Chateaubriand	✓	✓	✓
Ilha dos Bentos	130,73	Praça Ilha dos Bentos			
		Praça Edson Araujo	✓		
Jardim Asteca	66,64	Praça Jardineira			
Jardim Colorado	168,00	Praça Jardim Colorado	✓	✓	✓
		Praça Infantil	✓	✓	✓
Jardim Guadalajara	108,48	Praça das Árvores			
		Praça do Centro Comunitário			
Jardim Guaranhus	107,14				
Nossa Senhora da Penha	12,21				
Nova Itaparica	119,26				
Novo México	101,39	Praça Almir Agostini da Costa			
Portal das Garças	10,07				
Santa Inês	81,84	Praça Deonica Adadalto			
		Praça Santa Inês- Pestalozzi	✓		
Santa Mônica	175,08	Praça Infantil		✓	
		Praça Barrão	✓		
Santa Mônica Popular	153,03	Praça de Santa Monica Popular	✓		
Santos Dumont	77,27	Praça de Santos Dumont	✓		
Vila Guaranhus	121,33				
Vila Nova	127,89	Praça de Vila Nova	✓		

Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados do IBGE e da pesquisa, 2017.

Robba e Macedo (2003) afirmam que atividades e equipamentos de integração e articulação com a comunidade fornecem as praças um caráter de espaço centralizador, corroborando o que acontece nas praças evidenciadas em rosa, na Tabela 01.

Considera-se ainda que os usos das praças estão ligados ao seu contexto socioespacial. A apropriações nos espaços livres das praças analisadas são adaptadas conforme as experiências práticas e as demandas dos usuários locais,

podendo assumir funções diversificadas daquelas originalmente projetadas. Tais características vêm ao encontro do que afirma Milton Santos (1994) quando se refere ao espaço como um lugar social, onde os acontecimentos se materializam.

3.3 Espaços livres públicos de equilíbrio ambiental

Os espaços livres de equilíbrio ambiental compreendem as áreas cobertas de vegetação significativa, que envolvem as unidades de conservação, as áreas de preservação permanentes e demais áreas de valor paisagístico-ambiental (Mendonça, 2015).

Conforme descrito no Material e métodos, foram consideradas nesta análise, o mapeamento das Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIAs) e as áreas verdes de potencial paisagístico (AVPP). As ZEIAs representam as áreas de preservação permanente situadas em relevo acentuado no Morro do Cruzeiro, localizado entre os bairros Ibes, Jardim Guadalajara e Brisamar (Figura 12).

De acordo com o mapeamento das áreas livres de uso público de equilíbrio ambiental, o índice de áreas verdes (IAV) da regional estudada corresponde a cerca 20,41m² de área verde por habitante. Ainda que o índice tenha sido superior ao mínimo recomendado pelo Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) que é de 15m² de área verde por habitante em áreas urbanas, percebe-se que há uma concentração desses espaços, beneficiando somente os bairros do entorno.

O bairro Darly Santos (apesar de ser um dos bairros da regional sem espaços livres para práticas sociais) apresenta o maior índice de área verde da Regional, devido ao fato de possuir uma grande área de potencial paisagístico, demonstrando o potencial do bairro para criação de um parque urbano. Apesar da presença de área verde, o alto índice acontece também pelo fato do bairro possuir grande extensão territorial e um número reduzido de habitantes.

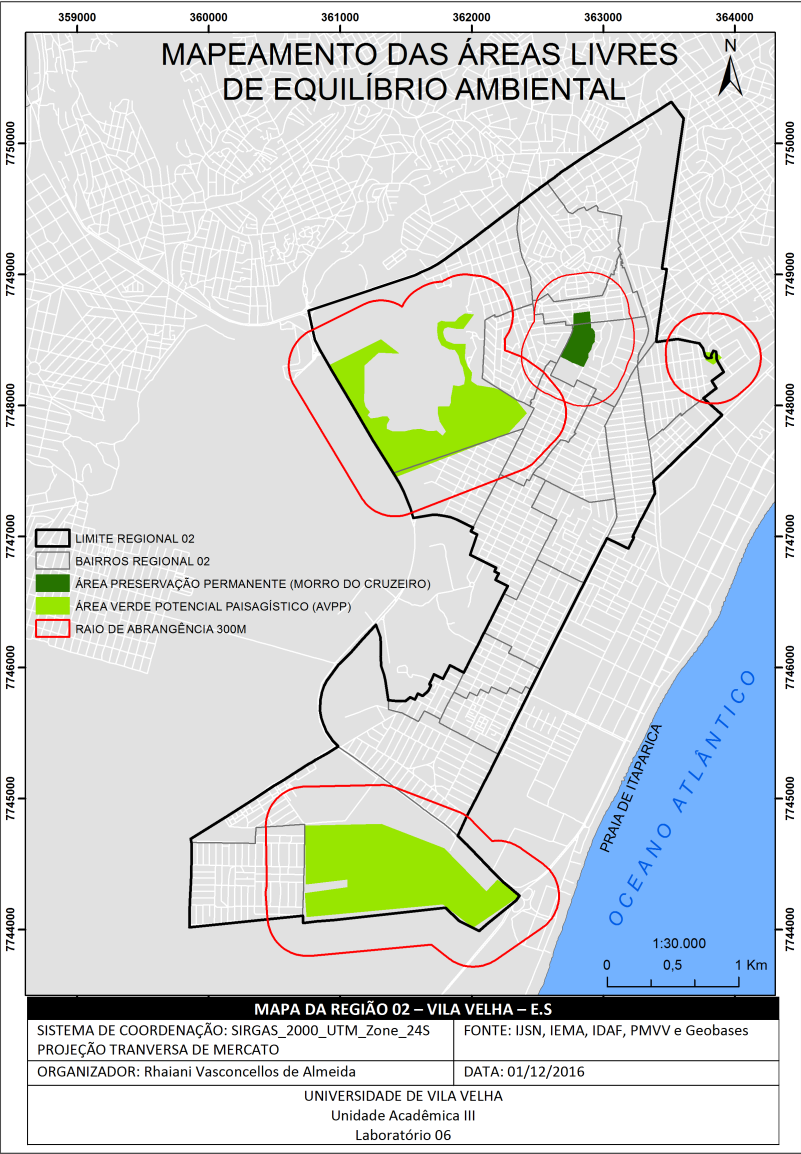


Figura 12 - Mapeamento das áreas livres de equilíbrio ambiental da Regional 02.

Fonte: Mapa gerado com base nos dados coletados na pesquisa 2018.

Outro ponto relevante é o raio de abrangência das áreas de equilíbrio ambiental. A Figura 12 mostra uma linha vermelha no entorno das áreas de equilíbrio ambiental mapeadas, que indica um raio de 300m a partir do seu limite. Esse raio abrange um baixo percentual da população da Regional estudada, concluindo-se, assim, a necessidade de inserção de novas áreas verdes distribuídas de forma mais equitativa entre os bairros da região, inclusive nas calçadas e canteiros centrais, de modo a aumentar a arborização urbana e possibilitar a formação de um sistema integrado que conecte e interligue as diversas escalas e funções dos espaços livres existentes na Regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Vila Velha, principalmente no final do século XX, passou por um processo de adensamento populacional significativo e com isso vem sofrendo uma série de mudanças no uso do solo urbano, na mobilidade e na estrutura da paisagem, fazendo com que a cidade apresente carência de espaços livres de uso público e de áreas verdes que proporcionem interação com a população, contribuindo para a formação da identidade cultural, do senso de comunidade, e, consequentemente, da qualidade de vida urbana.

O mapeamento das áreas livres de uso público da Regional 02 – Grandes Ibes apresenta um número relevante de espaços livres para prática social, com predominância de praças, atingindo e integrando uma boa parcela da população da regional, diferenciando-se do restante do município. Entretanto, quando analisada a distribuição destes espaços entre os bairros, percebe-se uma fragmentação dos espaços livres para práticas sociais, fato este preocupante tendo em vista que a fragmentação dos espaços, além de não permitir a coesão social, provoca o distanciamento das pessoas com o espaço público.

A pesquisa ainda mostra, através do mapeamento das áreas de equilíbrio ambiental, que as áreas verdes não atendem homogeneamente à população, estas são concentradas, privilegiando apenas os bairros nas imediações e com acesso restrito à população. Na maioria dos bairros da Regional estudada (86 % dos bairros) os espaços verdes são insuficientes e em toda a região a arborização das vias é precária, sem presença de corredores verdes que interliguem os espaços livres existentes.

Nos espaços voltados para prática social esse déficit de áreas sombreadas proporciona o não uso e realização de atividades devido à forte incidência solar, não propiciando a prática de uma vida saudável em contato com a natureza. A falta de infraestrutura, manutenção, qualidade e visibilidade dos espaços destinados à prática social acabam gerando ambientes ociosos por ausência de atividades dos usuários e vulnerabilidade por falta de segurança.

Em relação as áreas verdes protegidas (ZEIAs), foi identificada apenas uma área (Morro do Cruzeiro) que contribui para uma melhora na qualidade de vida e uma relação direta com a natureza. Entretanto, se desconhece projetos ou iniciativas, por parte da Prefeitura Municipal, para melhorar a qualidade ambiental desta área ou aumentar as áreas de preservação permanente a partir das áreas de potencial paisagísticos identificadas.

A identificação e análise dos espaços livres de uso público evidenciam ainda a importância da manutenção de alguns destes espaços, a necessidade de criação de novos espaços atendendo maior parte da população e também o conflito entre a existência destes e o processo de urbanização.

Espera-se com este trabalho contribuir para novas pesquisas e intervenções futuras nos espaços livres de uso público da cidade de Vila Velha, em especial da Regional 02, visando melhorar a qualidade urbana e introduzir ambientes

que estejam voltados para a integração, participação e o convívio da população por meio da criação de novos espaços e também da manutenção e qualificação dos existentes.

Recomenda-se um aprofundamento nos estudos visando o desenvolvimento de um sistema de áreas livres de uso público para o município, com diversidade de uso e consumo, com espaços destinados a um público local e também espaços de abrangência regional, municipal e até metropolitano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050.**

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS JR, C. T. de. A experiência de construção habitacional do Ibes. Estação Capixaba. 2016. Disponível em< <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/a-experiencia-de-construcao.html> ES> Acesso em 26 jan. 2018.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

DECASTRO, Juliana; SALDANHA, Luiz; BALASSIANO, Ronaldo. Caminhabilidade: Expressão do metabolismo urbano. In ANDRADE, Victor & LINKE, Clarrisse Cunha (Orgs). **Cidade de Pedestre.** A caminhabilidade no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural e Editorial, 2017.

ESRI, **ArcGIS Desktop.** Basemap: ESRI, 2016.

GATTI, Simone. **Coordenação do Programa Soluções para Cidades. Espaços Públicos.** Diagnóstico e Metodologia de projeto. São Paulo, ABCP, 2013. Disponível em:< <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>> Acesso em: 17 abril 2017.

- GOMES, Paulo C.C. **A condição urbana – Ensaios de geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **As praças de Ribeirão Preto -SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos**. 204 f. 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO ESTATUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA). **Ortofoto**. Ortofoto Mosaico cedido pelo IEMA. Vitória: 2014.
- KELLY, Eric; BECKER, Barbara. **Community planning: an introduction to the comprehensive plan**. Washington: Island Press, 2000.
- LIRA, P.; LARANJA L.; MAGALHÃES, L. **Índice de Bem Estar Urbano - IBEU da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV: avaliação das condições de vida urbana 1**. Vitória. Observatório das Metrôpoles. 2013.
- MAGNOLI, M. M. Espaço livre: objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, 21, p. 175-198, 2006.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.p.25.
- MENDONÇA, E. M. S. **A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória – ES – Brasil**. In EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal. In Anais EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal, Vol. III, 2015. ISBN 978-989-96543-8-9.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (SEMPLA) **Perfil socioeconômico por bairros. Vila Velha em Dados**. Vila Velha,

outubro 2013.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros (Indicadores e Referências)**. Rede Nossa São Paulo. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Agosto 2012.

ROBBA, F., MACEDO, S. S. **Praças brasileiras** (2. ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Segregação e Fragmentação. In: **Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidade**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

SANCHOTENE, M. do C. C. **Conceitos e composição do índice de áreas verdes**. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Piracicaba, n.1, p. 4-9, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2.ed, São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA (SBAU). **Carta de Londrina e Ibiporã**. Boletim Informativo, v.3, n.5, p.3, 1996.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2008.

TARDIN, Raquel. **Ordenação Sistêmica da Paisagem**. In I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (I ENANPARQ). Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, nº. 22, p. 67-78, Jan/Dez de 2007.

VILA VELHA. Lei nº 4.575 de 26 de novembro de 2007. **Plano Diretor Municipal de Vila Velha**. Prefeitura Municipal de Vila Velha. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, 2007.

VILA VELHA. Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008. **Institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, 2008.